

MAPEAMENTO DO RURAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rural Mapping: a literature review

Danielly dos Santos Ferreira¹, Valdira de Caldas Brito Vieira², Laudenides Pontes dos Santos³, Adriano D'Carlos Batista Oliveira⁴, Renato Alves Pedrosa⁵

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Teresina, PI, Brasil; danielly.santosferreira@gmail.com; ORCID: 0000-0001-7775-3922

²Pós- Doutora em Sensoriamento Remoto –INPE Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Teresina, PI, Brasil.; valdirabrito@ifpi.edu.br; ORCID: 0000-0002-1067-0628

³Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Teresina, PI, Brasil.; laudenides.pontes@ifpi.edu.br; ORCID: 0000-0003-4998-7419

⁴Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí –IFPI, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina, PI, Brasil; adriano.dcarlos@ifpi.edu.br, ORCID: 0000-0002-9672-5094

⁵Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí –IFMA, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Teresina, PI, Brasil; renatopedrosa@hotmail.com.

RESUMO: O rural é produzido a partir de vários usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais. O presente artigo tem como objetivo analisar o rural, por meio do procedimento metodológico pesquisa bibliográfica. Para o alcance desse objetivo, foi utilizado as bases de dados Web of Science, ScienceDirect, Taylor & Francis Group, CAPES, IBGE, dentre outros artigos e livros no período entre 2000 e 2019. Neste contexto, os artigos foram lidos, selecionados criteriosamente e agrupados em cinco categorias: a) conceito do rural; b) Relação rural e urbana no contexto das novas ruralidades; c) Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil; d) Geotecnologias como apoio ao modelo de territórios rurais. Foram selecionadas, catalogadas e analisadas obras nacionais e internacionais. Embora existam várias concepções sobre o rural, entende-se que haja espaço para o desenvolvimento de novos estudos que tratem sobre esse tema, fomentando novos conhecimentos e subsidiando os tomadores de decisão. Esse trabalho contribuiu para o debate científico do tema das novas ruralidades e o planejamento territorial, especialmente quando se adota as geotecnologias para mapeamento dos territórios rurais sustentáveis. Diante das discussões percebe-se que hoje, o espaço urbano e o espaço rural fazem grandes trocas, inclusive de população, ideias, insumos, mercadorias, capital, bens e produtos, mas também apresentam elementos característicos de si mesmo dentro do outro e isso não faz com que a sua essência, ou seja, a sua ruralidade e urbanidade, seja perdida. E as geotecnologias contribuem no sentido de caracterizar a distribuição espacial dos elementos componentes das áreas rurais no sentido de possibilitar ao planejador uma organização social capaz de perceber a nova dinâmica do rural e da relação que isso cria com as cidades.

Palavras-chave: Usos da Terra. Novas ruralidades. Geotecnologias.

ABSTRACT: The rural is produced from various land uses in which land or “natural space” appears as a primary factor, which has often resulted in the creation and recreation of social forms. This article aims to analyze the rural, through the methodological procedure bibliographical research. To achieve this objective, the Web of Science, ScienceDirect, Taylor & Francis Group, CAPES, IBGE databases were used, among other articles and books in the period between 2000 and 2019. In this context, the articles were read, carefully selected and grouped into five categories: a) concept of the rural; b) Rural and urban relationship in the context

of new ruralities; c) Classification and characterization of rural and urban spaces in Brazil; d) Geotechnologies to support the rural territories model. National and international works were selected, cataloged and analyzed. Although there are several conceptions about the rural, it is understood that there is space for the development of new studies dealing with this theme, fostering new knowledge and subsidizing decision makers. This work contributed methodologically to the topic under study, through the use of the Systematic Bibliographic Review (RBS), as well as to the scientific debate on the theme of new ruralities and territorial planning, especially when using geotechnologies for mapping sustainable rural territories. In light of the discussions, it is clear that today, the urban space and the rural space make great exchanges, including population, ideas, inputs, goods, capital, goods and waste, but they also present characteristic elements of themselves within the other and this does not it makes its essence, that is, its rurality or urbanity, lost. And geotechnologies contribute towards characterizing the spatial distribution of the component elements of rural areas in order to enable the planner to have a social organization capable of perceiving the new dynamics of the rural and the relationship that this creates with large cities.

Keywords: Land Uses. New ruralities. Geotechnologies.

1 Introdução

O rural é composto por espaços de terra com identidade culturalmente definida; situados em local reconhecido estatutariamente como não urbano; e ocupada pelos colonos, predominantemente dependendo das fontes primárias de trabalho para sua subsistência. Essa definição de áreas rurais inclui locais de vida tradicional que não foram socialmente, geograficamente ou estatutariamente designados como urbanos, periurbanos ou periféricos (CHIGBU, 2013b).

É compreendido como um recorte espacial, de natureza geográfica, que nada define em termos de atividades econômicas. Isto é, nas áreas rurais podem ocorrer tanto atividades agrícolas como também não agrícolas. Nesse contexto, de acordo com pesquisas recentes, visualiza-se uma redução das atividades agrícolas nas áreas rurais quando analisadas em termos de pessoas ocupadas e da renda gerada, ao passo que as atividades não agrícolas – principalmente aquelas ligadas à prestação de serviços – vêm crescendo (KLEIN; ELESBÃO; SOUZA, 2019).

A noção de desenvolvimento territorial rompe, ou melhor, permite romper, com a inoperante dualidade entre o rural e o urbano que tem se demonstrado limitada e insuficiente para dar conta da realidade das sociedades contemporâneas, trazendo uma visão integradora em relação a construção das identidades territoriais. (MARTINS, 2014).

Na medida em que as culturas possam se expressar em diferentes territórios, a partir da comunicação e da mobilidade, é possível falar da expressão de identidades urbanas em espaços tidos como rurais e vice-versa. A reterritorialização de manifestações e símbolos

culturais permite pensar a ruralidade (e o território) como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor da identidade de atores coletivos (MARTINS, 2014).

Destaca-se também que em um país onde é grande o número de residentes no meio rural que não tem condições, por diferentes motivos, de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva, nem de viver somente da atividade agrícola, a noção de multifuncionalidade permite reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social dessa população, resgatando-lhe também o sentido de cidadania (MARTINS, 2014).

Por outro lado, conforme Santos (2000), os conflitos nos espaços rurais envolvem principalmente os conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos, vinculados à seca, ao movimento sindical ou à política agrícola. No Brasil, dentre os conflitos rurais, o que mais provocou mortes foram os conflitos pela luta da terra (BINKOWSKI, 2018).

Talvez uma das alternativas políticas esteja no espectro da participação popular como dimensão política participativa, além de espaço de resistência, pelo poder da contestação (BINKOWSKI, 2018). Uma alternativa, depende da instância política representativa, em que o Estado cumpra seu papel na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas que assegurem a distribuição equitativa da terra, garantindo seu uso racional para fins de soberania alimentar, geração de economia interna, assegurando a sustentabilidade e a biodiversidade ambiental (BINKOWSKI, 2018).

Talvez a questão rural no Brasil não dependa de uma grande reforma, uma vez que os governos já mostraram que não a farão, mas de incentivos econômicos e políticos na formulação de uma política séria de distribuição e de uso da terra. Nesse sentido, terá de haver uma convergência entre os entes governamentais e suas instituições e os movimentos e grupos sociais que advogam pela terra, no sentido de encontrar alternativas e soluções ao invés de domínios, acúmulos e monopólios.

Essa convergência unifica as duas dimensões supra estruturais do Estado, a esfera participativa e representativa, e tem de operar em torno de pautas como: a expropriação de grandes áreas sob o domínio das multinacionais, o fim dos latifúndios improdutivos, a demarcação de áreas para as propriedades rurais, uma política agrícola que beneficie, também, o pequeno produtor, a garantia de direitos e terra para as comunidades tradicionais, políticas de educação ambiental e sustentabilidade dos recursos naturais e, ainda, a busca de justiça aos crimes cometidos e que ficaram impunes (BINKOWSKI, 2018).

Dessa forma, torna-se necessário conhecer o território rural, normatizar seus usos, para não deixar essas áreas vulneráveis a conflitos socioambientais. Nesse novo cenário, a questão do desenvolvimento rural ganha novas dimensões e elementos e, embora complexa, a possibilidade de sua mensuração se torna relevante para o fomento de políticas públicas.

Por meio de um índice, é possível observar uma categorização de uma região com relação ao seu estado de desenvolvimento rural, e assim, subsidiar ações com foco em alvos claros (KAGEYAMA, 2004). Outrossim, por meio de uma revisão de literatura, é possível identificar a diversidade de elementos, ou fatores, que definem o rural e que são à base para a formação de um indicador quantitativo. Tendo em vista a complexa conceituação no qual o rural se configura atualmente, mensurar tal elemento torna-se um desafio. Nesse sentido, esse artigo buscou analisar o estado da arte sobre o conceito do rural, no Brasil e no mundo, por meio da denominada Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), bem como a utilização das geotecnologias na caracterização dos territórios rurais.

Para tanto, este trabalho está dividido em quatro sessões. A primeira compreendendo uma contextualização sobre o tema a ser abordado pela revisão bibliográfica sistemática, o problema e objetivo do trabalho. Posteriormente são apresentados os processos metodológicos seguindo dos resultados e discussão de tais processos. Por fim são descritas as conclusões sobre os resultados e toda a pesquisa em si.

2 Revisão de Literatura

2.1 Reflexões sobre o rural

O mundo rural e o mundo urbano europeu, segundo João Ferrão (2000), eram antigamente bem distintos e apresentavam uma relação estável de complementaridade. O campo tinha a sua função de produzir alimentos, enquanto as cidades traziam infraestruturas, bens e serviços específicos e variados.

Com o advento da revolução industrial, as cidades viraram o “palco do progresso” e começaram a ganhar maior importância em relação ao campo, devido à presença de emprego, serviços e instalação de equipamentos públicos. O mundo rural perdeu o status de centralidade econômica e ficou como um grande fornecedor de mão de obra barata e desqualificada para o veloz crescimento urbano. A relação equilibrada entre o meio rural e urbano começou a ficar, de certa maneira, assimétrica. Ao longo do tempo, começou a haver

distinção também entre o meio rural mecanizado (moderno) para aquele velho movido à força humana (não moderno) (FERRÃO, 2000).

Nos últimos anos, pode-se dizer que o mundo rural se reinventou, rompendo com duas de suas características antes básicas: a de produção de alimentos e a da atividade econômica agrícola predominante. Agora, as famílias camponesas tornaram a exercer “pluriatividades” com pluri rendimentos, transformando o campo num espaço “multifuncional” com valor patrimonial. O meio rural estaria cheio de patrimônios naturais e históricos passíveis de lucro.

Os seus moradores poderiam dedicar-se a partir de então com a conservação e proteção da natureza, com a conservação e proteção de patrimônios históricos e culturais ou com o turismo e lazer. O mundo rural começa aqui a ter um pouco mais de força perante o imponente meio urbano (FERRÃO, 2000).

Ao contrário do que normalmente se pensa, a população rural por todo o mundo não é inexpressiva e constitui, por exemplo, de 27% da população total francesa e 20% da estadunidense, de acordo com os critérios estabelecidos por esses países para caracterizar a sua população rural. De uma forma geral, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) contam com um a cada quatro de seus habitantes vivendo em zona rural e, muitos deles, não trabalhando diretamente com a agricultura. O Brasil apresenta um quadro diferenciado já que se pode dizer que até metade de sua população estaria vivendo em regiões que poderiam ser consideradas rurais, de acordo com classificações específicas (ABRAMOVAY, 2009; OCDE, 2013).

Como descrito por Ferrão (2000), assim como para os países mais desenvolvidos, o Brasil também tem sofrido, nas últimas décadas, com esse mesmo processo de mudança no rural, rompendo progressivamente as suas fronteiras entre o campo e a cidade, mesmo vivendo em contextos distintos de urbanização, atividade agrícola e industrialização dos europeus. Considera-se, neste artigo, a linha teórica que afirma que o rural brasileiro tem sido modificado durante as últimas décadas e que existiria certa urgência em enxergá-lo de forma distinta do que se fez até então, tratando-o não apenas como um local de produção de alimentos, mas também como um território múltiplo, cheio de atores sociais, dinâmicas, necessidades, fluxos e vivências.

2.2 Relação rural e urbana no contexto das novas ruralidades

A relação rural urbana dentro do contexto das Novas Ruralidades pode ser traduzida de diversas maneiras. A primeira delas, que talvez seja a principal defesa dessa teoria, é o enfoque de que o rural deve ser olhado como um território e não apenas como um espaço de produção. A partir do momento em que se considera isso, leva-se em conta também para a relação rural-urbana os processos que ocorrem e que vão para além do fornecimento de alimentos e insumos para as cidades. Abre-se oportunidade para se reconhecer e analisar outros fluxos como os de pessoas, capital, outras mercadorias, resíduos, ideias, práticas, bens etc. Quando se julga o rural como um território, assim como é a cidade, já se permite ter a ideia de que ali ocorre uma multiplicidade de fatos, que deixa o próprio estudo da relação rural-urbana ainda mais complexa e dinâmica (CRUZ, 2019).

Nesta mesma linha, pode-se dizer que território seria formado por espaços urbanos (e também suburbanos, periurbanos) e espaços rurais (agrícolas ou não) entrelaçados entre si. É nesse ponto também em que se argumenta que o meio rural ter redes de energia e comunicação, pavimentação e outras infraestruturas e serviços, antes exclusivos do urbano, não quer dizer que este espaço deixou de ser rural. Ele apenas se modernizou ou ganhou condições de ser habitado ou melhor explorado (caso o veja com uma ótica produtivista), mas a sua ruralidade pode estar bem presente ainda (CRUZ, 2019).

A teoria das Novas Ruralidades sugere um movimento de pessoas das cidades para o campo, buscando as mais diversas amenidades e pluriatividades que só este espaço pode oferecer. Desse jeito, pode existir o retorno de aposentados ao local de nascimento, busca de indivíduos de diversas idades por um novo estilo de vida, opções para a saúde, lazer, segurança e desenvolvimento pessoal, ou até mesmo por novos empregos como os envolvidos com a produção de alimentos, projetos de biodiversidade, a conservação e proteção do meio ambiente, a manutenção e valorização de patrimônios históricos e culturais, lazer, recreação, produção de energia etc. (CRUZ, 2019).

Por fim, um dos maiores discursos da teoria das Novas Ruralidades gira em torno da aproximação e apropriação do meio ambiente pelo rural e das amenidades que a natureza proporciona. São diversas as atividades que podem ser geradas com isso. O meio ambiente pode ser totalmente protegido, conservado em prol da sua finitude e biodiversidade (e ser remunerado por conta disso até, via pagamentos ambientais), mas também pode ser explorado pelo turismo, produção energética, captação de recursos naturais, pela venda de uma paisagem para casa de veraneio etc. A relação com a natureza e a importância das áreas não densamente povoadas se dá de maneira distinta a cada lugar que se vai e a própria relação

do urbano com isso também muda. Aliás, a localização dessas amenidades ou oportunidades ambientais em relação a grandes centros urbanos ou zonas rurais específicas (CRUZ, 2019).

2.3 Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil

As transformações que ocorreram no campo e nas cidades nos últimos 50 anos vêm a demandar, nos dias de hoje, abordagens multidimensionais na classificação territorial. O rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea, portanto, a identificação de padrões dessas manifestações constitui um desafio principalmente ao se considerar a extensão do território brasileiro. Em relação ao meio rural vale destacar elementos como o aumento das atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas (IBGE, 2017).

Se por um lado as populações, as atividades econômicas, as interações sociais e culturais, bem como os impactos ambientais e sociais estão cada vez mais concentrados nas cidades, por outro, novos elementos têm sido ressaltados trazendo novas perspectivas para o rural. Diversos autores (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010) alertam para um novo conjunto de atividades, além das primárias, que vem sendo desenvolvido no campo, além de outros, como Abramovay (2003), que também tem destacado a recente valorização das regiões interioranas devido a diversos fatores como a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e o estilo de vida.

Concomitantemente, a urbanização acelerada transformou e continua transformando o campo por meio da inserção de novas técnicas e pela demanda crescente de alimentos e de recursos naturais (IBGE, 2017).

No Brasil, o Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 associa a delimitação de zonas rurais e urbanas aos municípios. Contudo, muitas vezes as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial dos municípios sem que a legislação consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e das atividades econômicas. É verdade também que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno. Atendem, portanto, aos

objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural-urbano (IBGE, 2017).

Outrossim, os dilemas do planejamento envolvem uma grande preocupação com o tema. No Brasil, ela se manifesta também nas escalas estadual e municipal com a necessidade de informações que subsidiem o planejamento e a gestão, permitindo a coesão territorial, a redução das desigualdades territoriais, o desenvolvimento rural etc. (IBGE, 2017).

Diversos autores vêm apontando os desafios na delimitação do rural e do urbano na contemporaneidade. Sposito (2010) destaca as descontinuidades territoriais e aponta que no último século a expansão territorial do processo de urbanização foi muito mais intensa do que nos séculos anteriores. As morfologias espaciais foram alteradas e as áreas de transição ampliadas o que, segundo a autora, acarreta uma maior dificuldade em distinguir os espaços urbanos e os espaços rurais. Outro aspecto de descontinuidade territorial, ainda segundo a autora, consiste no papel das novas tecnologias de comunicação e do transporte automotivo. Para a autora, a partir do Século XX, esses elementos têm contribuído na redefinição das morfologias espaciais e na dificuldade de limitação entre o rural e o urbano, seja pela extensão dos tecidos urbanos por meio de loteamentos seja pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, pois permitem manter a integração espacial sem necessariamente manter uma proximidade e contiguidade com a mancha urbana central.

O Manual da base territorial considera a referência legal para definição de áreas urbanas e rurais, qual seja, a de áreas institucionalizadas nos estados e municípios. Uma área urbana seria aquela interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal, seja para fins tributários ou de planejamento urbano (Plano Diretor, zoneamento etc.). Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins de coleta censitária cujos limites devem ser aprovados oficialmente pela prefeitura municipal (área urbana para fins estatísticos) (IBGE,2014). A área rural, por sua vez, “é aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc.” (IBGE, 2014, p.22).

A tendência das classificações mais refinadas das últimas décadas é a de buscar alternativas para não tratar o rural como um subproduto ou resíduo do urbano, atendendo assim uma demanda do planejamento de políticas rurais (IICA, 2013). A crescente complexidade do meio rural, que no geral passou por uma diversificação econômica, fez com que emergissem tipologias que procuram qualificar os estratos rurais e urbanos,

relacionando-os a questões de acessibilidade e oferta de serviços, por exemplo. Em muitos casos, foram estabelecidas classes intermediárias entre as duas situações, frequentemente com denominação explícita nesse sentido (vide metodologias da União Europeia e OCDE).

A metodologia de classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil propõe definir uma tipologia rural-urbano para o recorte territorial municipal, mesmo reconhecendo a generalização necessária nessa escala de análise, uma vez que dentro de praticamente todos os municípios brasileiros encontraremos uma variedade de situações que vão desde os espaços eminentemente rurais às grandes densidades urbanas. Ao lado de conhecer a realidade, simplificando-a, a tipologia se faz necessária para orientar outros estudos, como também na condução da gestão territorial e na tomada de decisões em políticas que tenham o município como sua escala de operacionalização (IBGE, 2017).

O critério fundamental escolhido para essa metodologia é a densidade demográfica, alinhada com tipologias bem aceitas internacionalmente como a da OCDE e União Europeia. Essa escolha facilita a comparabilidade dos resultados brasileiros com um número significativo de países. Além disso, optou-se por considerar o critério de acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação à rede urbana. Desse modo, buscou-se critérios alternativos e complementares àqueles mais frequentes em tipologias oficiais: a patamares demográficos de localidades e a de critérios legais – que vigora atualmente no País.

A definição da tipologia efetuou-se segundo um processo de classificações e cruzamentos matriciais sucessivos com base nos seguintes critérios: população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização (IBGE, 2017).

2.4 Geotecnologias como apoio ao modelo de territórios rurais

Se o espaço rural-urbano é o lugar que abriga a existência da totalidade. Sugere-se, então, o estudo da viabilidade de algumas propostas, já em discussão, sobre as possibilidades de desenvolvimento para o rural brasileiro, as quais, em sua grande maioria, chamam a atenção para o caso de experiências recentes encontradas em países como França e Estados Unidos, onde se observam o renascimento e a revalorização do campo consequentes à instalação de neo-rurais (novos agricultores de origem urbana, profissionais liberais terceirizados, pessoas ligadas ao setor de serviços etc.) (IICA, 2013).

Nessa perspectiva, em 2005, a FAO publicou na Série Meio Ambiente e Recursos Naturais (SDRN) um relatório intitulado *Mapping global urban and rural population*

distributions, que tinha como objetivo discutir e propor modelos de definição de áreas rurais e urbanas a partir da utilização de dados georreferenciados e técnicas de análise baseadas na tecnologia GIS (SALVATORE *et al.*, 2005). O documento revisou os diferentes bancos de dados georreferenciados globais existentes e procurou apontar novas metodologias de distinção da população rural e urbana, com o objetivo de delimitar a distribuição espacial das áreas rurais (IICA, 2013).

A FAO/SDRN desenvolveu um banco de dados espacial das populações urbana e rural que permitia a visualização da população rural em mapas, no qual os valores de cada pixel refletiam variações populacionais entre unidades subnacionais, mas que, ao mesmo tempo, possibilitava a análise interna a cada grupo. O projeto foi articulado pela FAO, pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e pelo Grupo Consultivo para Pesquisa Internacional em Agricultura (CGIAR) e tinha a perspectiva de realizar um Mapeamento da Pobreza para orientar políticas públicas. Distinguiu três categorias para tipificação e análise: áreas urbanas, rurais e assentamentos rurais (áreas com forte presença da agricultura, mas com populações numerosas e elevada densidade) (IICA, 2013).

Nesse modelo foram cruzadas quatro fontes primárias de dados georreferenciados: *LandScan7* 2002 (referência para a distribuição da população); *Nighttime Lights of the World* 2000 (identificar a extensão das áreas urbanas); e dados de países das Nações Unidas do ano 2000 (referência para definição das populações urbanas, rurais e totais). Numa segunda etapa essas informações mapeadas foram cruzadas com o mapa internacional de fronteiras e costas (2004) das Nações Unidas, com o objetivo de definir as fronteiras entre países e unidades administrativas oficiais (IICA, 2013).

De acordo com a concepção a abordagem territorial passou a ser justificada por vários aspectos, entre os quais:

1. O rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais;
2. A escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa;

3. Necessidade de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais;
4. O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que possam ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

3 Considerações Finais

Considerando o ponto de vista dos autores pesquisados para este trabalho de revisão de literatura, entende-se que o território rural merece um destaque importante como foco de pesquisa, uma vez que este não pode ser tratado apenas como suporte ao desenvolvimento urbano, já que são espaços interdependentes. Hoje, o espaço urbano e o espaço rural fazem grandes trocas, inclusive de população, ideias, insumos, mercadorias, capital, bens e produtos, mas também apresentam elementos característicos de si mesmo dentro do outro e isso não faz com que a sua essência, ou seja, a sua ruralidade e urbanidade, seja perdida.

Um planejador, um político, um grande empresário, uma organização social, ou qualquer agente de muito impacto e transformador do território que perceber essa nova dinâmica do rural e da relação que isso cria com as grandes cidades, tem, em suas mãos, um grande salto teórico e estratégico para ação.

Por fim, conclui-se que esse trabalho se configura em material de pesquisa que poderá ser usado como contribuição para o debate científico do tema rural, especialmente quando se adota as novas ruralidades e o planejamento territorial e a inserção das geotecnologias no mapeamento do território rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BINKOWSKI, P. (org) **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. SEAD/UFRGS. — dados eletrônicos. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 88 p.

CHIGBU, U. E. A ruralidade como uma escolha: Rumo à ruralização de áreas rurais nos países da África Subsaariana. **Desenvolvimento da África Austral**, 2013, 30: 6, 812-825, DOI: [10.1080 / 0376835X.2013.859067](https://doi.org/10.1080/0376835X.2013.859067)

CRUZ, P.M.F. Relação rural-urbana no contexto das novas ruralidades: uma aproximação teórica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18, 2019, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2019. ISSN: 1984-8781

Revista da Academia de Ciências do Piauí, Volume 2, Número 2, p. 159 – 170, Janeiro/Junho, 2021. ISSN: 2675-9748 DOI:10.29327/261865.2.2-11

Danielly dos Santos FERREIRA, Valdira de Caldas Brito VIEIRA, Laudenides Pontes dos SANTOS, Adriano D'Carlos Batista OLIVEIRA & Renato Alves PEDROSA

FERRÃO, João. **Relações entre mundo rural e mundo urbano** - Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, problemas e práticas. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2000.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. 270 p.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014. **Manual da base territorial 2014**. Rio de Janeiro. 157 p.

IICA- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2013. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, DF. 473 p.
(Desenvolvimento rural sustentável, v. 21). Disponível em:
<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>

KAGEYAMA, Angela. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E MEDIDA. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

KLEIN, A.L.; ELESBÃO, IVO; SOUZA, M.; O turismo rural pedagógico promovendo a multifuncionalidade da agricultura: análise de três experiências desenvolvidas no Brasil . **Caderno Virtual de Turismo**, 2019, 19(2), ISSN: 1677-6976. DOI:
<https://doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1477>

SOUZA, M. **Turismo rural**: fundamentos e reflexões [recurso eletrônico] / Marcelino de Souza e Tissiane Schmidt Dolci ; coordenado pela SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130. (Geografia em movimento).